

## Clínica extramuros: decolonizando a Psicologia

FLÁVIA FERNANDES CARVALHAES\*

“Os políticos sabem que sou poetisa  
E que o poeta enfrenta a morte quando vê seu povo oprimido”

Carolina de Jesus

**Resumo:** Este artigo parte da premissa da psicologia como dispositivo e a localiza como produção múltipla de saberes e fazeres. Deste modo, analiso um viés de experimentação clínica que denomino como extramuros, construído a partir do diálogo entre minhas vivências como psicóloga social que atua no campo das políticas públicas e o pensamento decolonial enunciado pelos pesquisadores Anzáldua, Bhabha, Mbembe, Alves e Delmondez. Concluo, provisoriamente, articulando esta perspectiva clínica a uma dimensão micropolítica e a reinvenção de modos de sentir, pensar e atuar.

**Palavras chaves:** Psicologia; Clínica; Decolonialismo; Micropolítico.

**Extra clinic walls: decolonizing psychology**

**Abstract:** This article starts from the premise of psychology as a device and locates it as a multiple production of knowledge and actions. In this way, I analyze a bias of clinical experimentation that I denominate as extramuros, constructed from the dialogue between my experiences as a social psychologist who works in the field of public policies and the decolonial thinking enunciated by the researchers Anzáldua, Bhabha, Mbembe, Alves and Delmondez. I conclude, provisionally, articulating this clinical perspective to a micropolitical dimension and reinventing ways of feeling, thinking and acting.

**Keywords:** Psychology; Clinical; Decolonialism; Micropolitical.



\* FLÁVIA FERNANDES CARVALHAES é Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC; docente no curso de Psicologia da Faculdade Pitágoras de Londrina e Psicóloga no Centro de Referência Especializado em Assistência Social 2 de Londrina.

Este artigo se tornou possível em meio às reverberações da disciplina “Tópico Especial: Elementos para uma Micropolítica Decolonial em Psicologia”, ofertada pelo programa de pós-graduação em Psicologia da UNESP – Campus de Assis, sendo que, inicialmente, o texto se organizou a partir de três perguntas disparadoras, a saber: Como produzir outros possíveis (micropolíticos) que nos desloquem do lugar onde estamos? Seja que lugar for este, como abrir espaços nos muros do CISTema? Como podemos contribuir para não reproduzirmos mais os epistemicídios colonialistas?

Com o desejo de desenhar rastros possíveis para refletir sobre tais questões, retomei rabiscos engavetados que foram escritos em um momento em que eu tentava refletir sobre minhas experimentações clínicas como psicóloga que trabalha na política pública de assistência social de uma cidade do interior do Paraná, mais especificamente com jovens em conflito com lei em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

Na época, nomeei este campo de experimentações clínicas como extramuros, tendo como inspiração inicial para a escrita as minhas inquietações em relação às notícias de protestos que acompanharam a passagem da pesquisadora Judith Butler no Brasil no ano de 2017. Considerei que parte da obra de Butler (2001; 2003), nos convoca a questionar sobre efeitos violentos articulados aos pressupostos binários de gênero. Em suas teorizações e, principalmente, para grupos conservadores que a temem, Butler se atualiza como corpo bomba, implodindo parcialmente a ordem dos gêneros ao anunciar outras geografias possíveis nas

existências generificadas que circulam na população.

Butler problematiza os muros também por meio de fissuras que os constituem e os colocam, supostamente, em risco de desabamento. Por sustentar este viés de análise, ela foi queimada, na metáfora de uma boneca bruxa, na praça em frente ao SESC Pompéia de São Paulo no dia 07 de novembro (GARCIA, 2017), nos remetendo aos rituais de suplício e espetáculo comumente destinados a aqueles que questionassem a ordem medieval (FOUCAULT, 2011).

Tendo a metáfora da boneca queimada como inspiração, parto da premissa que propostas de clínicas que se articulam em uma perspectiva extramuros assumem devires bruxas, ousando produzir coletivamente possibilidades outras (micropolíticas) de intervir. Neste sentido, este artigo problematiza está suposta clínica extramuros que venho experimentando e que vem se desenhando entre diferentes cores de pele, comunidades, instituições, jovens, crimes, cores e contornos que assumem o movimento hip-hop local.

Considero que a pluralidade com que vida e subjetividades se produzem nestas localidades e encontros estão, necessariamente, articuladas a um campo de forças macropolíticas e micropolíticas. As articulações políticas que operam em uma dimensão macro estão, geralmente, constituídas por decisões totalizantes e centralizadoras, julgamentos e escolhas binárias. Tais articulações, contudo, são constantemente tensionadas por forças micropolíticas, que produzem deslocamentos imprevisíveis, processos parciais e outros desenhos possíveis das

paisagens sociais e subjetivas (DELEUZE; GUATARRI, 1996).

Então, na tentativa de construir pinguelas para subsidiar esta análise teórica, estabeleço um diálogo entre algumas de minhas experiências como psicóloga social que atua no campo das políticas públicas e partes das problematizações articuladas por Alves e Delmondez (2015), Anzádua (2000), Bhabha (2007) e Mbembe (2017). Escrevo, ainda, a partir do meu lugar de privilégio como psicóloga branca, como pesquisadora que transitou por universidades públicas no Sudeste e Sul do Brasil, como criança que cresceu no Rio de Janeiro. Por mais que eu tente hibridizar meu corpo as vielas das periferias por onde transitei nos últimos anos, por mais que eu tente colorir meu corpo com os sons do movimento hip-hop, há uma escrita (im)possível em mim.

De qualquer modo, sigo experimentando outros modos de trabalhar e de viver e que, supostamente, possibilitaram a escrita deste artigo, bem como uma problematização possível sobre dimensões micropolíticas de uma proposta de clínica que denomino extramuros. Este é o debate que articulo a seguir.

### **Experimentando a construção de outros caminhos possíveis**

Falar daquilo que denomino como clínica extramuros me remete, inicialmente, a imersão no plano das experiências que, nos últimos anos, vem convocando meu corpo de psicóloga, pesquisadora e ativista ao encontro com elementos que surgem ao acaso durante as andanças pela cidade.

A experimentação de outros modos de vivenciar meu trabalho (e meu corpo) exige a minha disponibilidade para

acolher outros possíveis, bem como a tentar apreender e a implodir alguns conhecimentos teóricos prévios. Assim, como analisa Rolnik (2011), busco estar atenta e sensível ao caráter transitório e, por vezes, ocasional e acidental, como a vida se compõe e decompõe. Deste modo, considero que a clínica extramuros se oxigena nas brechas que se constituem no diálogo conflituoso entre saberes tradicionais e saberes periféricos, compondo geografias mutantes que existem e insistem nas fronteiras.

Fronteira significa demarcação entre territórios, entre supostos muros. Assim, aposto que os desenhos possíveis de uma clínica com inspiração extramuros se constituem em meio aos modos tradicionais de atuar, geralmente articulados a racionalidades coloniais, ao mesmo tempo em que se conectam a outras possibilidades criativas e periféricas de produzir conhecimentos. Logo, aposto na experimentação das fronteiras como possibilidade de acionar em nossos corpos de psicólogos perspectivas micropolíticas de sentir/agir, pois considero que as “pessoas fortes não são as que ocupam um campo ou outro é a fronteira que é potente” (DELEUZE, 1992, p. 63).

Ainda em um diálogo crítico com a obra de Deleuze (2001), acredito que o conhecimento não se constrói e nem se transmite na lógica da totalidade. Não há como teorizar, de modo absoluto, o que produz em termos de experimentação clínica. Não há, de fato, como traduzir racionalmente cada pedaço das minhas vivências, pois não apreendo todos os cacos das minhas palavras e das minhas ações. A linguagem representacional não traduz a complexidade dos encontros que, de modo previsível e/ou inusitado,

compõem nossas trajetórias profissionais e de vida.

Porém, acredito que há considerações possíveis de serem compartilhadas e que se materializam como exercícios de pensamento, sem pretensões de edificar novos “regimes de verdade” (FOUCAULT, 2003) na Psicologia. Nesta perspectiva, aposto na escrita como campo constituído por múltiplas forças, que reverberam de modos singulares e coletivos em quem escreve e em quem lê. Aposto, ainda, em um processo de produção de conhecimento que se constrói a partir do convívio cotidiano com populações demarcadas socialmente como marginais, objetos, mercadorias, moedas de troca e que, assim como denunciam Mbembe (2017) e Spivak (2010), não podem falar, não são ouvidas e são apenas representadas na perspectiva científica colonial como abjetas.

Partindo da premissa de que há múltiplos efeitos (im)previsíveis que se constituem a partir de nossas intervenções, me aventuro a formular este texto em meio a rastros em construção. Escrevo sobre registros em meu corpo das vivências de atuação de uma perspectiva clínica, que se estranha com alguns muros que delimitam fronteiras na vida em sociedade. Talvez a sonoridade de minhas palavras possa, momentaneamente, reverberar em efeitos inspiradores e/ou incômodos e/ou sem nome, mas isso de fato não importa, pois escrevo na tentativa de pensar/sentir coletivamente, na tentativa de experimentar. Escrevo “porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever” (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Logo, não pretendo anunciar alicerces epistemológicos e ontológicos de um modo específico de clinicar. Ainda sim, considero a importância de problematizar a Psicologia como dispositivo em que forças macro e micropolíticas se movimentam em disputa, na tentativa de localizar uma clínica que se pretende resistência, assim como problematizo no próximo tópico.

### **Psicologia como dispositivo**

Nos campos diversos que compõem a história da Psicologia há modos plurais de experimentação clínica, que articulam distintas construções éticas, estéticas, políticas e metodológicas (BARROS & JOSEPHSON, 2007). Nossos modos plurais de atuar se somam a um conjunto de forças que circulam na vida em sociedade, e que interferem nos processos de construção de múltiplas possibilidades de vida e subjetivação na sociedade.

Nesta orquestra psi pouco harmônica, as pessoas são afetadas de modos singulares, pois corpos sentem variações particulares nos encontros com os sons e imagens de cada instrumento. Entretanto, há também que considerar que afetações coletivas são articuladas em meio a lógicas grupais e/ou na racionalidade dos acontecimentos históricos. Assim, nossas práticas e discursos produzem modos de sentir, modos de sofrer e modos de viver na população, o que nos remete, necessariamente, ao questionamos de quais perspectivas políticas estamos produzindo nos campos diversos que compõem a Psicologia brasileira.

Ao citar maneiras diversas de clinicar e, especificamente, de pensar em uma perspectiva clínica que assume uma racionalidade extramuros, não pretendo articular a tarefa moral de anunciar

maneiras de intervir tidas como adequadas e/ou eficientes e/ou alternativas. Não se trata, tampouco, de dimensionar vieses clínicos que existem dentro ou fora de quatro paredes. Muros (paredes) não são apenas de concreto, muros são símbolos, imagens, epistemes, posições políticas, discursos, prática e premissas. Há psicólogos que em seus consultórios fazem circular perspectivas micropolítica de atuação, assim como há profissionais que nas ruas interditam, cotidianamente, processos de reinvenção da Psicologia.

Portanto, a tentativa de circunscrever a clínica extramuros como um modo de pensar/sentir/agir que extrapola espaços e conceitos pré-definidos, me convoca, necessariamente, a tentar escapar, ainda que provisoriamente, do campo de forças que demarca grande parte da produção moderna em Psicologia numa perspectiva de controle da população (BARROS & JOSEPHSON, 2007).

No viés do controle, somos profissionais, insistentemente, convocados a cozinhar nas mesmas formas, a repetir receitas tradicionais e instituídas a *performances* pré-fabricadas de existência. Alinhados a dinâmica do controle, articulamos discursos e práticas agenciados a máquinas adaptativas, o que implica, comumente, em mecanismos violentos de sujeição das pessoas a processos de ortopedia moral, de normatização das condutas. Ciência preocupada em imitar, em estereotipar, assim como ordena o homem branco: “Parem de falar em línguas, parem de escrever com a mão esquerda. Não cultivem suas peles coloridas, nem suas línguas de fogo se quiserem prosperar em um mundo destro” (ANZALDÚA, 2000, p. 169).

Na racionalidade do controle, afirmamos a Psicologia como parte das engrenagens que articulam “regimes de verdade” (FOUCAULT, 2003) na sociedade e que implica em perspectivas normalizadoras da população. Neste regime político de regulação da vida, engendramos discursos que circunscrevem uma suposta noção racional de normalidade associadas às classes médias e altas, à branquitude, à heterossexualidade, às sociedades urbanas ocidentais, aos centros urbanos, ao casamento, à reprodução, ao espaço doméstico e a noções de honestidade, decência e sensatez. Nesta mesma matriz de inteligibilidade, uma perspectiva de anormalidade é amplamente correlacionada à pobreza, a desequilíbrio psíquico, à negritude, à insubmissão, a espaços públicos, às classes populares, às sexualidades ditas desregradadas, à subalternidade aos movimentos sociais (CARVALHAES, 2015).

Ainda sobre este debate, Spivak (2010) denuncia a perspectiva científica moderna e eurocêntrica como aquela que localiza determinadas populações (ocidentais, moradoras de regiões centrais, proprietárias, subjetivadas em perspectivas CISgêneras, entre outros exemplos) como hegemônicas, normais e complexas. Já as populações ditas marginais são representadas desde perspectivas essencializadoras, como subdesenvolvidas, selvagens, previsíveis, idênticas entre si, ignorantes, supersticiosas, entre outras noções pejorativas.

Os ditos anormais, subalternos e ignorantes são localizados como perigosos e como aqueles que desestabilizam a ordem normativa do conhecimento (e da sociedade). Assim, eles devem ser hostilmente combatidos,

suas línguas devem ser cortadas para que não possam ter nomes próprios, para que não articulem uma linguagem para si, para que não reivindicuem o estatuto de sujeitos completos do mundo vivo (MBEMBE, 2007). Frente a esta normativa, os insubmissos (ANZALDÚA, 2000, p. 169) questionam: “Por que eles nos combatem? Por que pensam que somos monstros perigosos? Por que somos monstros perigosos?”. Inquietos, os insubmissos mesmos respondem: “Porque desequilibramos e muitas vezes rompemos as confortáveis imagens estereotipadas que os brancos têm de nós: A negra doméstica, a pesada ama de leite com uma dúzia de crianças sugando seus seios, a chinesa de olhos puxados e mão hábil” (Idem).

Aliada a estas lentes colonizadoras, tecemos um viés de Psicologia como dispositivo que conforma existências enlatadas. Psicologia que se atualiza como neoliberal, na medida em que contribui para converter a potência inventiva das pessoas em “força reprodutiva da forma-dinheiro” (MBEMBE, 2017, p. 13), sendo que a “felicidade depende quase inteiramente da capacidade de reconstruir publicamente a sua vida íntima e de oferecê-la num mercado como produto de troca” (IDEM, p. 15). Mbembe ainda ressalta que neste enfoque científico, nos somamos a processos de produção dos seres humanos em espectadores de suas próprias vidas, em coisas animadas, em dados digitais e em códigos.

Assim, a Psicologia/controla faz parte uma rede “transnacional de repressão” (MBEMBE, 2017, p. 17), ao engendrar e legitimar discursos e práticas constituídas a partir de racionalidades binárias (normal/anormal,

homem/mulher, branco/preto, heterossexual/homossexual, central/periférico, adequado/pervertido). Dispositivo psicológico que implica na localização da subjetividade como produção exclusivamente individual, destituída de sua dimensão social, plural e localizada.

Ainda sobre esses delírios científicos enclausurados a paradigmas modernos coloniais, Mbembe (2017, p. 10) contribui ao analisar a tendência do pensamento europeu a “abordar a identidade em termos de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho”. Deste modo, a Psicologia reifica a dimensão subjetiva aprisionada a noções culturalmente delimitadas como “interiores”, tornando a vida uma conquista ficcional meramente singular, categorizável, hierarquizável e impermeável às condições históricas e políticas.

Na lógica eurocêntrica do controle, a produção de conhecimento paralisa e atrofia, na medida em que se atualiza como paradigma dominante e exclusivo. Em outra perspectiva, uma proposta clínica que assume uma inspiração extramuros se soma a vozes dissonantes que problematizam, de modo crítico, essa dimensão hegemônica/eurocentrista que subsidia uma determinada leitura “civilizatória” da história e do ser humano (ALVES & DELMONDEZ, 2015), compondo discursos e práticas contra-hegemônicas que se atualizam como resistência na produção em Psicologia (BARROS & JOSEPHSON, 2007).

Assim, a clínica extramuros se ocupa, curiosamente, das fissuras que se desenham nos muros racionais da ciência colonial e ocidental, ampliando-as, produzindo-as, respirando através delas, conectando-as aos múltiplos modos de viver que se atualizam na população. “Trata-se de perspectivas que se destacam por falar sobre e a partir da margem, a partir do lugar do Outro – essa alteridade que é definida politicamente em oposição a um sujeito hegemônico detentor do poder de autorrepresentar-se e representar a diferença” (ALVES & DELMONDEZ, 2015, p. 649).

Logo, um viés clínico extramuros se põe em movimento quando profissionais da Psicologia, independente dos caminhos teóricos/práticos que lhe fazem sentido, se apresentam sensíveis a experimentação de outros modos de pensar, de sentir, de dialogar e de intervir. Clínica que nega a máxima de René Descartes “Penso, logo existo” e se oxigena das possibilidades do “Sinto, logo existo”. Deste modo, outras sonoridades acionam nossa pele de profissionais da Psicologia e daqueles que encontramos no cotidiano, sendo a dimensão da diversidade atualizada como vital em nosso dia a dia de trabalho.

A partir dessas premissas, compartilho, em seguida, algumas considerações construídas a partir de minhas experimentações de trabalho na dimensão de uma suposta clínica extramuros.

### **Clínica extramuros e a produção de conhecimentos periféricos**

Uma clínica que se inspira em uma dimensão extramuros se articula em meio à multiplicidade e hibridismo de

saberes em circulação, que se desenham de modos localizados e parciais, compartilham origens periféricas e empreendem revisões políticas e epistêmicas do viés científico colonial (ALVES & DELMONDEZ, 2015). Em consonância a esta perspectiva, Bhabha (2007) anuncia uma produção intelectual que entremeie o discurso hegemônico, acionando a construção de saberes que se conectam com modos plurais de existência que circulam na vida em sociedade e que são, cotidianamente, invisibilizados pelos regimes de “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2002).

Assim sendo, uma clínica extramuros “combate uma visão do sujeito que, ao pretender-se neutra e científica, pode se posicionar politicamente no lugar do discurso hegemônico” (ALVES & DELMONDEZ, 2015, p. 650), não reduzindo a produção do conhecimento a invenções teóricas brancas, colonizadas, cultas, CISgeneras e centrais, pois considera outros discursos (subalternos) em trânsito (rurais, negros, trans, latino-americanos, femininos, asiáticos, das classes populares, entre outros possíveis).

Deste modo, esta perspectiva de clínica se estranha com lógicas duais que dividem eu e o outro; eu e a história; eu e a política; eu e a comunidade; eu e os aparatos audiovisuais, entre outros marcadores sociais e políticos. Sobre tal questão, Bhabha (2007) crítica conhecimentos que reduzem as diferenças culturais a relações dualistas, por concebê-las relacionadas às constantes mudanças que se desenham na sociedade atual, o que, necessariamente, implica em considerá-las a partir de um lugar de tradução e negociação.

Logo, Bhabha (2007) trabalha na perspectiva da criação de um entre-lugares de enunciação dos sujeitos que se constitui como dinâmico, múltiplo, descontínuo e conflituoso, o que, necessariamente, implica na implosão de noções essencialistas e individualizadoras de subjetividade. Tais condições de existência se articulam como construções discursivas e materiais em negociação permanente, estando imbricadas às dimensões de classe, raças, gênero, etnia, tecnologia e território, entre outros marcadores sociais que, insistentemente, nos interpelam no cotidiano. Tais composições implicam na pluralidade de posições de sujeito, que transitam e são representados de modos distintos na vida em sociedade, o que implica em processo de interdição e/ou de expansão da possibilidade de acesso a direitos fundamentais e, em última instância, a viver.

Refiro-me a estarmos sensíveis, na dimensão do que o corpo aguenta, a experimentação de novas conexões, a ouvir discursos silenciados, transitar por cenários desconhecidos, articular composições artísticas e comunitárias. Mantermo-nos sensíveis ao que não conhecemos em nossos corpos de psicólogos, pois estamos em grande medida aprisionados (de modo acrítico) as nossas trajetórias universitárias brancas, centralizadoras e racionais, aprisionados a modelos prescritivos de sexualidade, aprisionados a parâmetros normativos de conduta e de produção, que tornam invisíveis outros modos de pensar e sentir, assim como anuncia Anzáldua (2000, p. 229):

(...) os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a

nossa cultura, o nosso espírito. As escolas que frequentamos, ou não frequentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia.

Uma clínica extramuros, portanto, localiza o processo de produção da subjetividade como incessante, plural e localizado. Clínica que também situa a construção das subjetividades agenciada a dimensões racionais e não racionais, macropolíticas e micropolíticas, territórios vivos de forças em tensionamento constante. Aposto que, assim, desenhemos rastros possíveis na articulação de discursos e práticas psis atentas aos diferentes modos de viver nos países colonizados, atentas aos nossos gingados, aos nossos dialetos, as nossas mamacitas, aos nossos povos indígenas, aos nossos terreiros, as nossas populações periféricas, as nossas putas, as nossas pautas, as nossas (im)possibilidades. Invenção de outra Psicologia possível, conectada a campos de forças que, de modos distintos, nos constitui como povo latino americano.

Logo, a clínica extramuros se afirma como resistência, quando assume dimensões críticas que possibilitam inventar pontos de ruptura com modos colonizados opressores de produzir conhecimento e de intervir, bem como articular perspectivas engajadas que se propõem transformadoras da realidade (BHABHA, 2007).

Clínica que sustenta intervenções em perspectivas democráticas de trabalhos em rede e em diálogos transdisciplinares constantes. Clínica que experimenta a potência da arte e das práticas comunitárias, que canta junto, dança junto, grafita junto, que cozinha

coletivamente, que aprende a fazer sabão em roda, clínica que, muitas vezes, não entende o que o outro diz.

Clínica que ocupa as ruas como espaços de criação e de acionamento de possibilidades de reinvenção científica. Clínica que existe entre os diferentes traçados das geografias móveis que se apresentam nas andanças pelos espaços e tempos das cidades e nos diálogos com pessoas diferentes. Clínica que situa as cidades como lugares de reformulação da história oficial, demarcando outras narrativas possíveis e encarnadas (BHABHA, 2007).

Clínica que acolhe sentidos inesperados e inconclusos, seguindo os traçados mutantes que se desenham no dia a dia de trabalho. Clínica ativista que desenha possibilidades e que convoca para o exercício cotidiano de implodir muros que, por vezes, interdita a existência minimamente desejável de alguém. Clínica campo de guerra, que assume uma dimensão política de combate aos modos instituídos de vida e “essencialismos derivados da situação colonial” (ALVES & DELMONDEZ, 2015, p. 650).

Clínica que implode a noção de puro, que nos reconhece híbridos, mestiços, mosaicos (COSTA & ÁVILA, 2005). Clínica que assume devires micropolíticos, que desestabilizam saberes que se pretendem universais e hegemônicos, revelando relações de poder circulantes que insistem em dimensionar a loucura como apenas doença mental e determinados corpos como descartáveis, aprisionáveis e extermináveis (FOUCAULT, 2011).

Clínica em construção, que experimenta modos sensíveis de trabalhar que se produzem nas entrelinhas dos encontros,

nas entrelinhas dos discursos, nas entrelinhas das imagens que atravessam nossos corpos de psicólogos. Clínica que considera que temos um corpo e que expande esse em direções que aumentam sua disponibilidade em coreografar outros modos de comunicar e de trabalhar. Clínica que assume uma dimensão ética do cuidado de si como exercício de reinvenção criativa da vida.

Clínica que entende o vínculo como sua potencialidade mais sensível de trabalho. Vínculo com as pessoas, com sua família, com as comunidades e as instituições, com animais, com cheiros, sabores e ruas. Clínica que considera as “conexões parciais” (HARAWAY, 1995) como políticas de produção criativa de conhecimento e de modos de intervir, e como modos potentes de subverter estruturas de significação opressoras.

Clínica que analisa, criticamente, o lugar privilegiado de enunciação do intelectual (psicólogo/a), que “concede a si mesmo a legitimidade para se representar e representar ao outro (ALVES & DELMONDEZ, 2015, p. 650). Clínica que experimenta aprender novos dialetos, que se deixa falar na língua dos manos, na língua dos índios, na língua do povo campesino, na língua dos povos ribeirinhos, na língua dos terreiros, na língua dos mudos. Clínica que se articula na língua dos insubmissos, que fala espanhol, fala *queshua*, fala simples, manda papo reto. Clínica que permanece atenta para não assumir uma posição colonizadora, que pretende silenciar modos de comunicar que permanecem inauditos na produção hegemônica de conhecimento.

Clínica que tenta, insistentemente, não reproduzir *performances* racistas e

arrogantes, que pensam que todas as pessoas pobres são estúpidas e sujas. Clínica que considera que há horas inventivas do dia que a pobreza realmente não possui, pois está ocupada em sobreviver (ANZALDÚA, 2000). Clínica que, de fato, não compreende totalmente as durezas e sensibilidades que a luta pela sobrevivência aciona em muitos corpos, mas que aposta que “enquanto lava o chão, ou as roupas, escute as palavras ecoando em seu corpo” (ANZALDÚA, 2000, p. 233).

A clínica extramuros, portanto, nos interpela a experimentar, a suportar e a saborear o encontro com diferenças. Exercício que implica em dispor nossos corpos a processos intensos, atordoantes, vertiginosos como, por exemplo, analisa Mbembe (2017, p. 11) quando afirma que o Negro é o que “vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos. Em qualquer lado onde apareça, o Negro liberta dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que tem abalado o próprio sistema racional”.

Clínica que nos interpela a abandonar, ainda que provisoriamente, teorias e metodologias coloniais e nos exige vivenciar algo que se desenha para além dos muros de uma ciência conservadora, assim como anuncia Anzaldúa (2000, p. 235): “Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor”.

### **Considerações provisórias**

Inspirada na perspectiva da proposta de clínica extramuros apresentada, amplo as perguntas iniciais que instigaram a

formulação deste artigo em novas perguntas, sem a pretensão de respondê-las em uma dimensão totalizante. São apenas outras questões disparadoras que tentam contagiar meu corpo de psicóloga e me conectar com possibilidades micropolíticas de pensar, de sentir e de comunicar nos próximos anos. Logo, me indago em como acionar forças criativas que se desenham para além de linguagens normativas e representacionais? Como intervir na produção de novas possibilidades fluidas de existência? Qual é o campo atual das experiências micropolíticas possíveis na Psicologia? Quais vidas podem respirar? Como podemos desmobilizar? Como ocupar politicamente o desejo? Como escapar das demarcações coloniais?

Tais questões, necessariamente, nos convidam a questionar panoramas políticos e econômicos alicerçados em relações de poder que, de modo insistente, articulam a Psicologia a processos de subalternização, desproteção, tortura e extermínio de inúmeras pessoas e comunidades. Ao mesmo tempo, estas questões nos incitam a produção de saberes que articulam micropolíticas da sabotagem, que resistem ao projeto científico moderno e a colonialidade do saber, que se implicam na construção de pensamentos críticos de fronteiras, que gaguejam outras línguas, que visibilizam conexões parciais, que se deixam invadir por outros lugares de fala, que se movimentam nas trincheiras e que engendram terrorismos poéticos.

Concluo, provisoriamente, afirmando a minha aposta de que há modos de resistir, pois os muros estão em movimento, o que implica, necessariamente, em rachaduras. A problematização crítica e sensível de

perspectivas clínicas articuladas a inspirações extramuros, possibilita a produção de novas potências em nossos corpos, a invenção de potências micropolíticas de trabalho e a abertura de espaços nos muros do CISTema.

Assim, a reinvenção de conhecimento clínico em Psicologia se articula aos muitos modos de viver, modos plurais, modos mutantes, modos fronteiriços, modos periféricos, modos *ciborgues*, modos latinos, modos insubmissos, modos impuros, caleidoscópios vivos de cores, de intensidades e de deslocamentos.

#### Referências

ALVES, Cândida Beatriz & DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. **Revista Psicologia Política**, vol. 15, 2015.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, p. 229-236, 2000.

BARROS, R.D.B & JOSEPHSON, S.C. A invenção das massas: a Psicologia entre o controle e a resistência. In: JACÓ-VILELA, A. M. (Org. et al) **História da Psicologia: Rumos e Percursos**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2007, p. 441-462.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHAES, F. F. **Mulheres no crime: deslizamento de fronteiras**. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2015.

COSTA, C. L. & ÁVILA, E. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, nº 3, p. 691-703, 2005.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. O abecedário de Gilles Deleuze. Entrevista com G. Deleuze. Editoração: Brasil, Ministério da Educação, TV Escola, 2001. Paris: Éditions Montparnasse, 1997, VHS, 459min, 2001.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Micropolítica e segmentaridade. In: **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34., 1996, p. 83-115.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GARCIA, J. Manifestantes protestam contra e a favor de filósofa americana Judith Butler em São Paulo. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/07/manifestantes-protestam-contra-filosofa-americana-judith-butler-em-sao-paulo.htm>. Acesso em 09.04.2019.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade, Poder, globalização e Democracia. **Novos Rumos**, Marília, v.17, nº 37, p.1-25, 2002.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em 2019-04-24  
Publicado em 2019-07-04